

Avaliação e acreditação de um ciclo de estudos em ciências farmacêuticas: para uma abordagem de orientação participada

Fernando Remião ¹

Amélia Veiga ²

¹ UCIBIO/REQUIMTE, Lab. Toxicologia,
Dep. Ciências Biológicas, Fac. Farmácia, U. Porto, Porto, Portugal
remiao@ff.up.pt

² Centro de Investigação e Intervenção Educativas,
Fac. Psicologia e Ciências da Educação do Porto, U. Porto, Porto, Portugal
aveiga@fpce.up.pt

Resumo

A análise do processo de avaliação interna de um ciclo de estudos contribui para o debate sobre as motivações e o envolvimento da comunidade académica nos processos de avaliação e acreditação no ensino superior. A produção de um relatório de autoavaliação apoiado na participação, reforça a capacidade de ação de professores e de estudantes no sentido da transformação de um plano de estudos. Foram identificados elementos das abordagens da avaliação sustentada nas partes interessadas, da avaliação construtivista e da avaliação baseada na democracia deliberativa. Essa identificação sugere que as alterações a um plano de estudo podem ser continuamente melhoradas para atender às necessidades de todos os estudantes, considerando a acreditação como uma oportunidade de reflexão estratégica.

Palavras-Chave: avaliação, acreditação, qualidade no ensino superior.

1. Contextualização

A avaliação dos ciclos de estudo (CE) em Portugal é um processo que está ligado à melhoria da qualidade da educação superior e tem como objetivos identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e estabelecer estratégias para melhorar a qualidade dos CE. Na perspetiva das abordagens da avaliação orientadas para a melhoria e prestação de contas, a avaliação dos CE é conducente à acreditação dos mesmos, porquanto o CE cumpre os requisitos necessários para funcionar. Estes processos, no entanto, não se esgotam na acreditação, se olharmos para o processo de avaliação dos CE numa perspetiva da avaliação orientada pelas ciências sociais. Com efeito, em vez do papel de medir o alcance dos objetivos de um CE, o papel da avaliação em prol da qualidade do ensino superior passa a ser o de facilitar o diálogo interpretativo entre uma grande variedade de intervenientes num CE.

Com efeito, os processos de avaliação e de acreditação dos CE podem ser perspetivados a partir de diferentes abordagens de avaliação, contribuindo para valorizar os processos de acreditação como uma oportunidade de reflexão estratégica. Assim, a avaliação centrada nas partes interessadas (Stake, 1975), enfatizando as perspetivas destas mesmas partes (e.g., docentes, estudantes) no processo de avaliação, sublinha a importância da motivação e da comunicação, por exemplo, como fatores facilitadores dos processos de avaliação

interna, incluindo a autoavaliação. Por seu turno, uma outra perspetiva, a avaliação construtivista (Lincoln, 2003), sublinhando a importância dos diversos pontos de vistas inerentes aos processos de avaliação, destaca a coordenação dos processos de recolha de perceções para que o processo de avaliação reflita as preocupações e motivações dos atores institucionais. Por fim, a abordagem da avaliação centrada democracia deliberativa (House & Howe, 2003), realçando o processo iterativo de avaliação de um CE, salienta o diálogo como um meio para produzir um consenso entre os intervenientes sobre uma construção emergente do valor e do resultado do CE.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo identificar marcadores de várias perspetivas de avaliação, analisando o processo de autoavaliação do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas (MICF) da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto (FFUP), contribuindo para o debate sobre a avaliação e a qualidade no ensino superior.

2. Descrição do processo de avaliação interna do MICF

O MICF da FFUP foi objeto de uma ampla reflexão e discussão durante o ano de 2021. Este debate foi liderado pela Comissão Científica (ComC), que partilhou um conjunto de documentos, tal como é mostrado na Figura 1, pela comunidade FFUP com o objetivo de promover a sua discussão em contexto de órgãos de gestão (Direção, Conselho Científico (CC), Conselho Pedagógico (CP)), Comissão Científica, Comissão de Acompanhamento, Associação de Estudantes, Comissões de Curso, representantes da U.Açores (ao abrigo de um protocolo de colaboração na formação em Ciências Farmacêuticas), Pessoal Técnico e dos Serviços Académicos, assim como com o apoio de pessoas externas à FFUP.

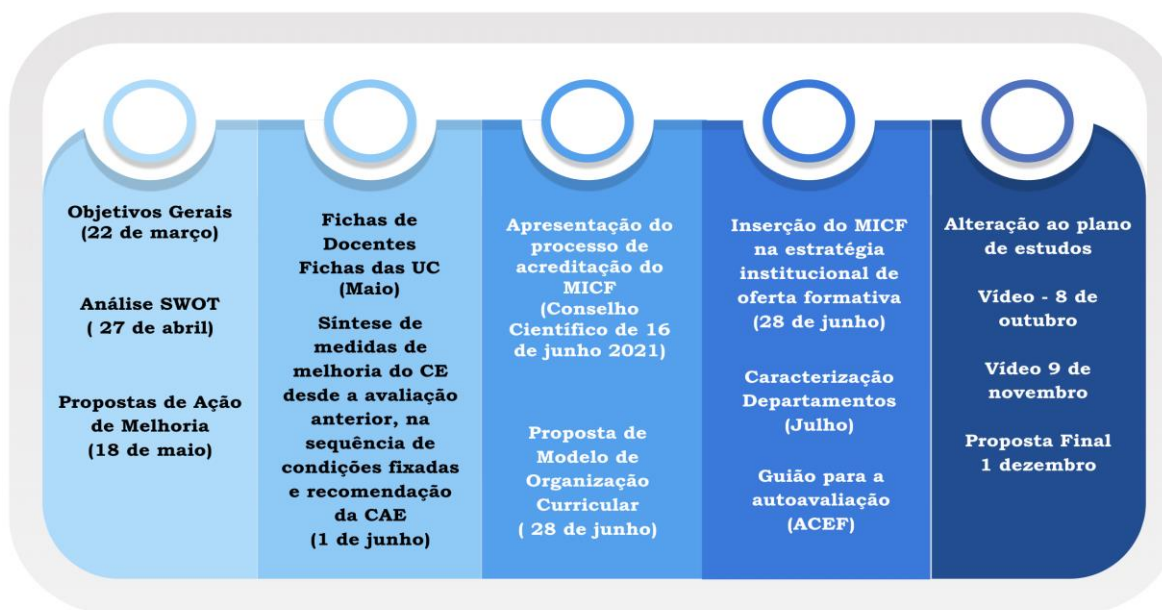


Figura 1. Documentos produzidos em sede de avaliação interna do MICF em 2021.

Foi elaborado, assim, um documento organizado em três pontos principais:

- Objetivos gerais definidos no “Relatório de Autoavaliação do MICF (2015)” e acreditados pela Agência A3ES no Relatório Final da CAE (2018).
- Proposta para reformulação do Objetivos gerais a estabelecer na acreditação de 2021.
- Enquadramento e justificação do objetivo proposto.

Estes documentos estiveram disponíveis *online* e, a partir da revisão dos Objetivos Gerais do MICF e da recomendação presente no Relatório Final da Comissão de Avaliação Externa

de 2018, que refere a necessidade de envidar “Esforços para melhorar a consciencialização do corpo docente acerca da finalidade do ciclo de estudos em geral, atendendo às diversas áreas da atividade farmacêutica”, foi iniciada a avaliação interna do MICF.

Assim, no contexto das Ações de Melhoria, a ComC do MICF, após reunião do Diretor do MICF com todos os regentes das Unidades Curriculares (UC), elaborou um conjunto de propostas de alteração ao plano de estudos que apresentou e discutiu com a direção da FFUP, Presidentes do CC e do CP, diretores de departamento, responsáveis de laboratório, Associação de Estudantes e com todos os docentes que manifestaram interesse nesse sentido.

2.1. Objetivos do processo de avaliação interna

O processo de avaliação interna, ancorado na análise SWOT, permitiu estabelecer umnexo com as propostas de ação de melhoria, uma vez que foi estabelecida uma visão estratégica a médio/longo prazo para a evolução do MICF a nível educativo, científico e organizacional, no sentido de responder aos desafios de uma profissão e uma sociedade em constante mudança.

Por outro lado, foi aperfeiçoado o alinhamento entre os objetivos do ciclo de estudos, o plano de estudos e os resultados de aprendizagem com o objetivo de melhorar a eficácia formativa e reduzir a taxa de desistência dos estudantes nos primeiros 3 anos curriculares. O apoio à integração profissional dos estudantes do MICF foi também estabelecido como uma prioridade.

O objetivo da avaliação interna do MICF concretiza-se com a submissão à direção da FFUP de duas propostas alternativas de plano de estudos, com novas UC e alterações à designação de outras UC, UC partilhadas entre diferentes laboratórios e em parcerias interinstitucionais, bem como ajustes nos créditos ECTS, reposicionamento das UC no plano de estudos e aperfeiçoamento da estrutura curricular. As explicações pormenorizadas sobre estas alterações foram também atempadamente disponibilizadas a todas as partes interessadas, permitindo o desenvolvimento de processos de decisão baseados na produção, partilha e construção de informação relevante.

2.2. Metodologia e linhas orientadoras das alterações propostas

Os racionais para a alteração do plano de estudos resultantes do processo de avaliação interna do MICF, enfatizaram uma maior articulação entre os 'objetivos' e 'resultados de aprendizagem' das UC com os conhecimentos e competências recomendados pelos organismos (inter)nacionais (ex. Federação Farmacêutica Internacional). Por outro lado, o reforço da interdisciplinaridade e da formação em competências transversais, nomeadamente nas digitais, também orientam as modificações pretendidas ao plano de estudos.

Do ponto de vista do desenvolvimento da profissionalização em ciências farmacêuticas, o reforço dos conhecimentos e competências orientadas para uma prática profissional dirigida ao doente e para uma vertente formativa/investigação das alíneas de atuação referentes ao Ato Farmacêutico também tornam o CE mais adequado às exigências atuais da profissão.

Por último, a abertura à sociedade, nomeadamente pela oferta de ensino a distância que contribua para a formação contínua dos farmacêuticos, bem como a Flexibilidade formativa, integrando parcerias interinstitucionais e interligação à investigação desenvolvida na FFUP e nos Centros de Investigação associados, tornam o CE mais adaptado às necessidades da sociedade.

2.3. Avaliação

O trabalho realizado de suporte à alteração do plano de estudos desenvolveu-se sobretudo, no âmbito da avaliação interna do MICF, promovida no processo de revalidação da sua

acreditação pela Agência de Avaliação e Acreditação (A3ES). Este momento pode, assim, ser visto como um fator que deu um impulso interno, levando a uma avaliação interna que resultou na produção um relatório de autoavaliação, que obedeceu às exigências de autocrítica, evitando uma abordagem meramente descritiva e mecanicista pouco relacionada com o contexto no qual o MICF se insere. O relatório de autoavaliação foi ancorado numa reflexão sobre a revisão dos objetivos gerais e de aprendizagem do ciclo de estudos, a sua organização e funcionamento, e a sua inserção na estratégia institucional de oferta formativa. A motivação constitui-se, assim, como um fator determinante para o pensamento estratégico, distinguindo aspetos que são essenciais para uma visão estratégica de consolidação do MICF, a nível educativo, científico e organizacional.

Por outro lado, a avaliação interna do MICF desenvolveu-se de forma a contribuir para o reforço da comunicação, tanto ao nível dos órgãos de gestão da FFUP, como ao nível do corpo docente, discente, e do pessoal não docente. Neste sentido, é expectável que um entendimento, em torno dos objetivos do MIFC, a sua organização e funcionamento e a sua inserção na estratégia institucional de oferta formativa, tenha emergido. Por outro lado, o trabalho realizado de suporte à alteração do plano de estudos assegurou a transparência do processo de avaliação interna, uma das características desejáveis de um sistema de avaliação da qualidade, tal como preconizado pela A3ES. Com efeito, a produção de documentos muito relevantes sobre aspetos que são essenciais para uma visão estratégica de consolidação do MICF, bem como a sua partilha e abertura a sugestões e comentários, à medida que os documentos iam sendo produzidos, e durante um período considerável (entre 22 de março e 15 de julho de 2021), potenciam a criação de condições para um amplo debate.

Neste sentido, a motivação e a comunicação em articulação com a perspetiva da avaliação centrada nas partes interessadas podem ser identificados como coadjuvantes dos processos de avaliação interna dos CE. Com efeito, os temas puderam ser discutidos numa perspetiva mais informal, com base em diferentes pontos de vista, e as orientações puderam ser partilhadas por todas as partes interessadas no MICF.

O processo de discussão conducente à identificação das ações de melhoria, no âmbito da análise SWOT, promove a coordenação das atividades do MICF em torno dos objetivos traçados para essas mesmas ações. De resto, tal como recomendado pela A3ES, o MICF apresentou propostas de melhoria em relação a cada um dos pontos fracos identificados na análise SWOT, contribuindo para gerar eventuais soluções de compromisso, por exemplo, em torno: (i) do estabelecimento de uma visão estratégica a médio/longo prazo que prepare o MICF a nível educativo, científico e organizacional para responder aos desafios da profissão e da sociedade; (ii) do alinhamento entre os objetivos do MICF, o plano de estudos e os resultados de aprendizagem; (iii) dos processos de gestão de garantia da qualidade do ciclo de estudos relacionado com a monitorização do MICF. A coordenação surge, assim, no trabalho realizado de suporte à alteração do plano de estudos, como um fator que promove a implementação estratégica de um sistema *emergente* de avaliação da qualidade do MICF, uma vez que a proposta de alteração do plano de estudo resulta da identificação das ações de melhoria, que devem ser monitorizadas e reorientadas estrategicamente em torno dos objetivos do ciclo de estudos. Neste sentido, a coordenação do processo de autoavaliação reflete as características da avaliação construtivista (Lincoln, 2003).

Adicionalmente, o processo de avaliação interna de suporte à alteração do plano de estudos, por estar ancorado na reflexão sobre os objetivos gerais e de aprendizagem do MICF, a sua organização e funcionamento, e a sua inserção na estratégia institucional de oferta formativa, permite identificar os fundamentos técnicos, científicos e pedagógicos das alterações propostas, em particular: (i) na proposta de implementação de um sistema de créditos que respeita o enquadramento normativo da Universidade do Porto e que teve em consideração uma análise comparativa de diversos cursos na área das ciências da saúde oferecidos a nível nacional e internacional; (ii) na incorporação das recomendações das organizações nacionais e internacionais refletidas no peso das áreas científicas da estrutura curricular proposta; (iii) na organização das unidades curriculares atenta à relação que se estabelece entre horas de contacto e de trabalho autónomo, que depende

dos métodos de ensino e de aprendizagem e da reflexão que se faz sobre a adequação dessa relação para os processos ensino-aprendizagem dos estudantes; (iv) na adoção de uma perspetiva da educação superior focada nas tendências e evolução dos modelos educativos. Neste sentido, os princípios que orientam as abordagens centradas no estudante e em combinação com uma reflexão sobre: os métodos de ensinar, a redução dos rácios estudante/professor, e a distinção entre horas de contacto e horas de trabalho autónomo do estudante, sublinhando a importância do diálogo, refletindo a importância da avaliação centrada na democracia deliberativa (House & Howe, 2003) voltada para a construção do valor do CE.

3. Conclusões, implicações e recomendações

O processo de acreditação de um CE visto como uma oportunidade de reflexão estratégica permitiu, assim, conceber um novo plano de estudos (aprovado pela A3ES) como uma resposta evolutiva do MICF, levando-nos a recomendar que os processos de avaliação interna se centrem na motivação, comunicação, coordenação e estabelecimento de sistemas de monitorização e gestão da qualidade, uma vez que estes fatores potenciaram, no caso do MICF, a inclusão de novas UC obrigatórias com o objetivo de integrar ou atualizar áreas de conhecimento e científicas no âmbito dos objetivos do MICF, seguindo as recomendações da CAE e dos organismos (inter)nacionais; promover melhor integração dos estudantes nas diferentes atividades farmacêuticas e fomentar a atividade científica dos estudantes em novas áreas do conhecimento. Por outro lado, estes fatores também levaram à criação de UC partilhadas entre diferentes laboratórios e ao estabelecimento de parcerias interinstitucionais, e alteração do posicionamento de diversas UC, de modo a contribuir para uma maior coerência, convergência e interdisciplinaridade de objetivos e conteúdos, e distribuir melhor as diferentes áreas do conhecimento ao longo do CE, bem como ao ajuste de créditos ECTS, tipologias de horas e da relação horas de contacto/ECTS para melhor equilíbrio entre tempo de trabalho em sala de aula e trabalho autónomo.

Considerando os fatores fundamentais para alcançar um entendimento sobre reorganização curricular e a alteração do plano de estudos do MICF, este artigo destaca, em primeiro lugar, a motivação e a comunicação como elementos-chave da perspetiva da avaliação que envolve docentes e estudantes (partes diretamente interessadas) nos processos de tomada de decisão relacionados com a construção do relatório de autoavaliação. Em segundo lugar, a coordenação de todo o processo de recolha de diferentes pontos de vista, através, por exemplo, da partilha de todos os documentos acima referidos (ver Figura 1).

Na perspetiva da avaliação centrada na democracia deliberativa, estes fatores tiveram um contributo para a construção de um consenso. Com efeito, a partilha dos documentos e a gravação de vídeos explicativos sobre as alterações propostas acessíveis a todas as partes interessadas, bem como o envolvimento de todos os membros da comissão científica em todo o processo de avaliação, por exemplo, permitiram conferir legitimidade ao processo de tomada de decisão, que levou às alterações propostas ao plano de estudos e à reorganização curricular.

Conclui-se, assim, que a análise do trabalho realizado, a partir das diferentes perspetivas de avaliação, pode contribuir para desencadear outros processos de decisão coletiva, por consenso, em relação à própria implementação da reorganização curricular e da alteração do plano de estudos com relevância para a implementação de abordagens ensino-aprendizagem centradas no estudante.

4. Referências Bibliográficas

House, E.R., & Howe, K.R. (2003). Deliberative Democratic Evaluation. In: Kellaghan, T. & Stufflebeam, D.L. (Eds.) *International Handbook of Educational Evaluation*. Kluwer International Handbooks of Education, vol 9. Springer, Dordrecht.

- Lincoln, Y.S. (2003). Constructivist Knowing, Participatory Ethics and Responsive Evaluation: A Model for the 21st Century. In Kellaghan, T. & Stufflebeam, D.L. (Eds.), *International Handbook of Educational Evaluation*. Kluwer International Handbooks of Education, vol 9. Springer, Dordrecht.
- Stake, R.E. (1975) To Evaluate an Arts Program. In R.E. Stake (Ed.), *Evaluating the Arts in Education: A Responsive Approach*. Columbus, Ohio, Merrill.